



ASPECTOS GEOECONÔMICOS
DO RN



No início da colonização, a economia do RN era basicamente de subsistência, concentrando-se na pesca, pecuária e agricultura.

Das atividades de subsistência, a pecuária foi a que mais se desenvolveu, com a criação de gado em grandes fazendas destinadas ao abastecimento das outras capitanias próximas. As fazendas de criação de gado deram origem aos distritos que hoje formam os 166 municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

Atualmente, a economia do Estado está em pleno desenvolvimento. Suas principais atividades se concentram nas áreas de Agricultura - com o cultivo de algodão, arroz, banana, castanha-de-caju, cana-de-açúcar, coco-da-baía, feijão, mandioca, milho, batata-doce, sisal, fumo, abacaxi e mamona; Pecuária - bovina, suínos, avicultura; Pesca; Extração vegetal - Carnaúba e Mineração - sal marinho, calcário, diatomito, estanho, caulim, gás natural, petróleo, tungstênio, feldspato, nióbio.

O cultivo do algodão teve importante participação na economia do Rio Grande do Norte desde a colonização do Estado, e a pecuária ainda é uma das atividades econômicas mais fortes do Estado.

A falta de estrutura ainda é um problema na economia, mas pólos industriais estão sendo montados, e melhorias e ampliações as estruturas de portos e aeroportos também estão contribuindo para o incremento das atividades econômicas.

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a Pesquisa da Pecuária Municipal 2014 mostram que o Rio Grande do Norte registrou um aumento de 6,34% do seu rebanho bovino. O estado fechou o ano com 972.816 cabeças de gado, uma variação de 6,34%, quando comparado com o ano de 2013, que tinha 914.777 cabeças. Os dados do rebanho e o quantitativo no ano dos produtos da pecuária no RN vêm apresentando variações devido ao período de seca ocorrida na região, mas mesmo assim vem conseguindo ser ampliado. Em 2014, ocorreu uma leve recuperação na exploração pecuária no estado. Com relação à produção de leite, foi de 232.337.743 litros no decorrer do ano de 2014, superior em 11,09% em relação ao ano anterior (209.150.000 litros). A produção de ovos de galinha teve um pouco mais de 40,8 milhões de dúzias, 15,67 % maior que a produção de 2013, com a maior parte da produção originada das granjas. Já a produção de mel de abelha, motivada pela seca, vem caindo desde os últimos anos, sendo a produção de 2014 de 312 toneladas – 5,68 % menor que a obtida em 2013, que foi de 331 toneladas.

Os dados da piscicultura apontam a produção de 2.390 toneladas de peixes (+ 1,44%), a maioria de tilápia. A carcinicultura teve no ano de 2014 uma produção de 18.286 toneladas de camarão (+7,73%).

A pesquisa mostra ainda que o RN concentrou 72,1% da produção nacional de larvas e pós-larvas de camarão em 2014. Os municípios de Canguaretama, no litoral Sul, e Touros, no litoral Norte, foram os destaques nacionais na produção do crustáceo nas “formas jovens”.

Quando se fala no camarão “adulto”, o Ceará liderou o País com 35,39 mil toneladas em 2014. O Rio Grande do Norte veio na sequência com 18,29 mil toneladas, que representou um crescimento de 7,73% frente ao ano anterior. O IBGE informou que 99,33% da produção de camarão do País está na região Nordeste. Nas oito primeiras posições estão seis cidades do Ceará (Aracati, Beberibe, Acaraú, Jaguaruana, Fortim e Camucim) e duas do Rio Grande do Norte (Mossoró e Canguaretama).

A falta de chuvas no interior do estado vem mudando o perfil dos pecuaristas potiguares nos últimos dois anos. Castigados pela seca, muitos deles resolveram investir menos no rebanho bovino e apostar nos caprinos e ovinos, por serem animais de pequeno porte e mais resistentes a estiagem. Os caprinos, ovinos e bovinos, juntamente com outras espécies domésticas, foram os primeiros a serem introduzidos no Brasil, trazidos por colonizadores portugueses para o Nordeste, há quase cinco séculos, mais precisamente em torno de 1535.

O Nordeste concentra a maior parte do rebanho caprino e ovino brasileiro. As características regionais e a estrutura fundiária da agricultura familiar fazem da criação de caprinos e ovinos uma importante alternativa econômica e social em função dos seus produtos e derivados com destaque para produção de leite e carne, proteínas com qualidade nutricional superior, para atender uma população carente de alimentos e renda. O Brasil possui um rebanho de, aproximadamente, 17,6 milhões de cabeças de ovinos e 8,8 milhões de caprinos. Considerando a dimensão territorial do País, estes valores são considerados baixos, apesar de possuir condições ambientais semelhantes ou até superiores às dos países maiores criadores dessas espécies (IBGE, 2014).

- Efetivos de caprinos e ovinos no Brasil e sua participação relativa

Região	Caprinos	%	Ovinos	%
Norte	142.480	1,7	634.165	3,7
Nordeste	8.109.672	91,6	10.126.799	57,3
Centro Oeste	91.017	1,1	982.434	5,6
Sudeste	199.198	2,2	704.831	4,1
Sul	309.512	3,4	5.166.225	29,3
Total	8.851.879	100,0	17.614.454	100,0

Fonte: IBGE 2014



Deste efetivo, o rebanho ovino encontra-se mais concentrado nas Regiões Nordeste e Sul, com a participação de 57,3% e 29,3%, respectivamente, do rebanho nacional. Quanto ao rebanho caprino, este é mais concentrado na Região Nordeste, com a participação de 91,6% do rebanho nacional.

A Região Nordeste do Brasil possui um efetivo de rebanho ovino e caprino de aproximadamente 10,1 e 8,1 milhões de cabeças, respectivamente. (IBGE, 2014).

Efetivos de caprinos e ovinos no Nordeste e sua participação relativa

Estado	Caprinos	%	Ovinos	%
Bahia	2.360.683	29,0	2.815.438	27,7
Ceará	1.055.937	13,1	2.229.327	22,0
Pernambuco	2.058.122	25,2	1.924.342	19,0
Piauí	1.234.403	15,2	1.210.967	12,1
Paraíba	507.589	6,3	442.533	4,4
Rio Grande do Norte				
Maranhão	438.690	5,5	860.037	8,4
Alagoas	362.304	4,5	239.618	2,3
Sergipe	68.297	0,9	211.728	2,1
	23.407	0,3	192.809	2,0
Total	8.109.672	100,0	10.126.799	100,0
Fonte: IBGE 2014				

Na Região Nordeste destacam-se os Estados da Bahia (27,7%), Ceará (22,0%) e Piauí (19,0%) como maiores criadores de ovinos, que totalizam 68,7% desse rebanho. Com relação ao rebanho caprino, destacam-se os Estados da Bahia (29,0%), Pernambuco (25,2), e Piauí (15,2%), que, juntamente com Ceará (13,1%), Paraíba (6,3%) e Rio Grande do Norte (5,5%), representam 94,32% do total. (IBGE, 2014).

O Rio Grande do Norte se destaca como um dos Estados nordestinos, que possui grande potencial para o desenvolvimento da caprinovinocultura em função das condições ambientais. Observa-se neste Estado, que raras criações de caprinos e ovinos são desenvolvidas em núcleos de criadores modernos e mais integradas aos mercados consumidores.

Por outro lado, sua grande maioria, é formada por criatórios, que não potencializam, em seu conjunto, requerimentos e possibilidades, que maximizem a eficiência dos agentes econômicos envolvidos e o desenvolvimento da cadeia produtiva. No entanto, o comportamento do agronegócio da caprinovinocultura potiguar passa por uma série de dificuldades, devido à falta de interação das entidades públicas e privadas comprometidas com o setor produtivo, bem como, o nível de organização dos produtores rurais não contribuem para o desenvolvimento da caprinovinocultura.

Estas dificuldades impactam na definição de uma estratégia clara, no sentido de buscar uma análise dos desafios e oportunidades e consequentemente no desenvolvimento de ações direcionadas para soluções locais, onde o respeito às peculiaridades ambientais e climáticas da região são prioritários.

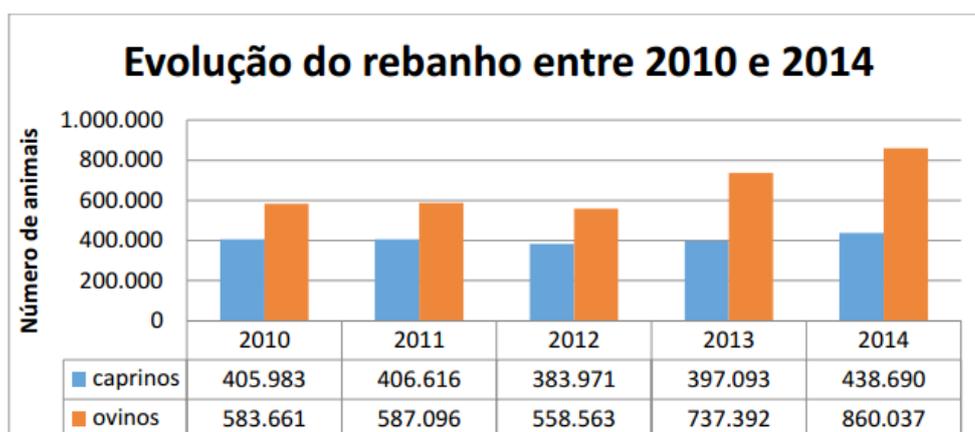


O Rebanho Caprino e Ovino no Rio Grande do Norte

Analisando os dados da evolução do rebanho caprino do Estado do Rio Grande do Norte, indistintamente de sua finalidade produtiva, constatamos a evolução do rebanho ficou praticamente estável. No período de 2010 a 2014, comprando as duas séries de dados da mesma fonte, houve um crescimento de 8,05 %, ou seja, o rebanho evoluiu de 405.983 para 438.690 cabeças.

Com relação à evolução do rebanho ovino no Estado, constatamos uma evolução mais significativa, no período em análise, constatamos um crescimento do rebanho em 47,35%, ou seja, o rebanho evoluiu de 563.661 para 860.037 cabeças. (IBGE, 2010 a 2014).

Evolução do rebanho caprino e ovino no Rio Grande do Norte entre 2010 e 2014



Fonte: IBGE, 2014

Rebanho Caprino no Rio Grande do Norte

Utilizando critério do IBGE relativo à classificação do Estado em mesorregiões, constatou-se que o rebanho atingiu em 2014 o efetivo de 438.690 cabeças, distribuídos segundo classificação deste mesmo órgão, em quatro Mesorregiões do Estado. Observa-se um pequeno no crescimento, (Tabela 5), quando comparadas as duas séries de dados da mesma fonte (IBGE, 2004).

- Efetivos de caprinos por mesorregião do Rio grande do Norte entre 2010 e 2014

Mesorregiões	Efetivos		Comportamento 2010 – 2014 (%)	Participação - %	
	2010	2014		2010	2014
Leste Potiguar	12.398	7.957	(73,12)	3,00	1,90
Agreste Potiguar	56.599	55.882	(1,26)	14,00	12,80
Central Potiguar	117.625	158.656	34,80	29,00	36,10
Oeste Potiguar	219.361	216.195	(1,44)	54,00	49,20
TOTAL	405.983	438.690	8,05	100	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2010/2014



Com base nos dados da acima, pode-se constatar:

- Houve relativamente um pequeno acréscimo do rebanho caprino estadual (8,05%), em cinco anos;
- A Mesorregião Central Potiguar foi à única mesorregião que houve um considerável crescimento no rebanho caprino (34,80%), analisando o período em análise;
- A Mesorregião Oeste Potiguar, apesar da perda da participação relativa no Estado, responde por quase metade da produção, ou seja, 49,20% do rebanho caprino.
- A mesorregião Leste Potiguar teve o maior decréscimo na produção de caprinos e também é a mesorregião que possui a menor participação relativa do rebanho do Estado.

O pequeno acréscimo de 8,05% é interpretado como a resultante de duas tendências: a substituição de caprinos por ovinos para atender o mercado de corte e a substituição de cabras de menor valor genético por cabras de maior valor genético para atender o mercado do leite.

O Rebanho Ovino no Rio Grande do Norte

O rebanho ovino do Estado do Rio Grande do Norte, segundo dados oficiais (IBGE, 2014), atingiu o efetivo de 860.037 cabeças, distribuídas em todas as Mesorregiões. De acordo com a Tabela 6, observa-se o crescimento do rebanho, nos últimos anos, quando comparadas as duas séries de dados da mesma fonte

- Efetivos de ovinos no Rio Grande do Norte e sua participação relativa entre 2010 e 2014

Mesorregiões	Efetivos		Comportamento%	Participação - %	
	2009	2014		2009 - 2014	2009
Leste Potiguar	34.476	43.355	25,75	5,91	5,04
Agreste Potiguar	115.274	127.726	10,80	19,75	14,85
Central Potiguar	188.702	316.721	67,84	32,33	36,83
Oeste Potiguar	245.209	372.235	51,81	42,01	43,28
TOTAL	583.661	860.037	47,35	100	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2010/2014

Com base nos dados da Tabela acima, pode concluir-se que:

- Houve um crescimento de 47,35% do rebanho ovino estadual, em cinco anos, em todas as Mesorregiões;
- A Mesorregião Leste Potiguar é a mesorregião que possui o menor efetivo do rebanho ovino e foi relativamente a segunda mesorregião que menos cresceu, no período em consideração; com uma evolução de 25,75%;
- A Mesorregião Agreste Potiguar foi a que demonstrou relativamente o menor crescimento (10,80%), no período. Mesmo assim, continuou com um rebanho significativo com 14,85% do total do rebanho estadual;
- A Mesorregião Central Potiguar foi a que teve o maior crescimento relativo do rebanho com 67,84%, seguida da Mesorregião Oeste, com 51,81%;
- A Mesorregião Oeste Potiguar possui o maior efetivo do rebanho ovino, seguida da Mesorregião Central Potiguar, com respectivamente, 43,28% e 36,83% do efetivo estadual, em 2014.

Mercado da Carne, Pele e Leite de Caprinos e Ovinos.

Mercado da Carne de Caprinos e Ovinos

Tradicionalmente, todo o interior do Nordeste sempre foi o grande consumidor de carnes de caprinos e ovinos, em decorrência do hábito alimentar de suas populações (rural e urbana), notadamente de baixa renda. Nos últimos anos, com os avanços da gastronomia nas grandes cidades, as carnes de caprinos e ovinos, particularmente jovens, se tornaram valiosas no preparo de pratos sofisticados. Além do expressivo consumo na Grande Natal, o Rio Grande do Norte exporta para outros centros consumidores, como Recife e João Pessoa, carnes oriundas de empresas de maior porte, produtoras e ovinos, abatidos precocemente, entre quatro e seis meses de idade. Por outro lado, esses avanços, inspirados na capacidade empreendedora de segmentos empresariais, não correspondem às situações vivenciadas no grande território de produção e consumo do Estado.



Aqui, as limitações se fazem presentes em todas as atividades da cadeia produtiva; denunciando, em extensão e profundidade, um “modus vivendi”, que necessita de grandes transformações de natureza tecnológica, gerencial e socioambiental, que, colocando-se, proativamente, assegure um posicionamento no complexo mercado de carnes, cada vez mais competitivo, diferenciado e globalizado.

Diversos estudos revelam uma demanda reprimida para consumo de carne caprina e ovina no País. O Nordeste, em particular, apresenta um déficit de carne dessas espécies em torno de 13 mil toneladas / ano. Em decorrência disto, é expressivo o volume de carnes caprina e ovina, que chega a Natal, oriundas de todo o Estado, inclusive de outras áreas, como Paraíba e Bahia; além de carne ovina, especificamente, vinda do Sudeste e Sul, assim como importada do Uruguai.

Basta lembrar que, em 2000 (SEBRAE-RN / SINTEC, 2001), “o consumo médio de carne caprina e ovina era de 0,897 kg / pessoa / ano (consumo per capita / ano) – 0,467 kg carne caprina e 0,430 kg de carne ovina. Naquele ano, o consumo estimado (com base em pesquisa realizada em Natal) foi de 635 toneladas – uma média de 53 toneladas / mês. A população, naquele ano, girava em torno de 710 mil pessoas. Atualmente, com cerca de 860 mil pessoas, o consumo anual estimado é de, pelo menos, 770 t / ano, o equivalente a 64 t / mês, em Natal.

Mercado das Peles de Caprinos e Ovinos.

É reconhecido, no mercado nacional e internacional, o valor das peles de ovinos e caprinos do Nordeste brasileiro, face à sua maior elasticidade, resistência e textura - qualidades indispensáveis para inúmeros produtos de calçados e vestiários. O reconhecimento dessas qualidades, entretanto, não esconde na comercialização as depreciações das peles, devido aos altos índices de defeitos decorrentes de condições inadequadas dos sistemas de criação, bem como de práticas incorretas, em uma ou mais de suas etapas – retirada (esfolia), conservação e armazenagem. Todos esses fatores são determinantes dos baixos preços pagos ao produtor por intermediários, que as vendem para curtumes.

O Nordeste brasileiro é um tradicional fornecedor do mercado internacional de peles beneficiadas (curtidas) de caprinos e ovinos. Os principais países importadores são Itália, Espanha, Inglaterra, Portugal e Estados Unidos. As peles industrializadas no Nordeste são exportadas, preferencialmente, na forma de “wet blue”, que corresponde ao couro curtido. Algumas indústrias realizam o processo de acabamento, sendo produzidos vários e importantes tipos de couros, tais como: marroquins, camurças, pergaminhos, algumas napas e pelica, utilizados na produção de calçados e vestiários, entre outros. Há transferências de empresas oriundas do Sudeste brasileiro e atraídas pelos incentivos fiscais concedidos por Estados nordestinos, especialmente, o Ceará e a Bahia.

Ao lado do complexo industrial de peles, situam-se pequenos curtumes, ditos tradicionais, apresentando-se como alternativa para o aproveitamento de peles descartáveis pela indústria, na produção do couro atinado, que é obtido pelo processo de curtimento vegetal, à base 10 de tanino. Trata-se de um produto de larga aceitação do mercado interiorano nordestino.

Particularizando-se o Rio Grande do Norte, praticamente toda produção de peles é vendida “in natura” para vários Estados da Região: Ceará, Paraíba e Pernambuco, entre outros. Duas grandes unidades beneficiadoras do Rio grande do Norte, INPELE (São Gonçalo do Amarante) e Curtume J. MOTA (Natal) estão com suas atividades paralisadas. Uma terceira, SOCABRITO (Angicos), não passou da fase de experimental, encontra-se paralisada, também.

O argumento mais frequente é que o volume de peles adquirido corresponde a cerca de, apenas, 10% de suas capacidades instaladas. Nestas circunstâncias, pode concluir-se que, dificilmente voltarão a funcionar.

Mercado do Leite Caprino no Rio Grande do Norte

As fontes oficiais de pesquisas estatísticas (IBGE, IDEMA) não fazem diferenciação entre os efetivos de caprinos, em termos de função produtiva. Qualquer estimativa a ser feita em termos de quantificação dos dois rebanhos, necessariamente, tem que se utilizar de informações de diversas entidades públicas e ou privadas, produtores e, de modo particular, das usinas beneficiadoras e ou processadoras do leite caprino.

Paralelamente, é necessário considerar o expressivo número de criadores de caprinos de corte (sobretudo de mestiços com pequena produtividade leiteira), que vem buscando o melhoramento do seu rebanho, no sentido de aumentar a disponibilidade de leite. Estima-se que o atual rebanho, do qual se obtém leite com finalidade comercial, gire em torno de 10 % do total, isto é, cerca de 43.000 cabeças, em todo o Estado.

Segundo dados do SINDELEITE – Sindicato da Indústria de Laticínio do Estado do Rio Grande do Norte, o Estado em 2015 processou cerca de 6.000 litros de leite dia, tornado, desta forma, um dos maiores produtores de leite pasteurizado do Brasil. Esse leite é beneficiado por cinco Indústrias de Laticínio do Rio Grande do Norte, localizadas em Apodi, Currais Novos, Mossoró, São José do Seridó e Angicos com a finalidade de atender a demanda das compras governamentais.

Com um rebanho de 1.298.727 cabeças sendo, 438.690 caprinos e 860.037 ovinos, o quarto menor da Região, o Rio Grande do Norte é o segundo maior produtor de leite caprino pasteurizado do Brasil. Isto demonstra quanto à caprinocultura leiteira significa para os atuais produtores (cerca de 500 são fornecedores para cinco usinas), com um volume diário em torno de 6.000 litros. Observe-se que a produção leiteira foi maior (quase 12.000 l / dia), tendo sofrido decréscimo nos últimos dois anos, em virtude dos elevados custos de produção e das incertezas do mercado institucional – “Programa do Leite”. Convém considerar centenas de pequenos criadores, em mais de 40 Municípios, produzindo um alimento nobre, gerando renda e assegurando a manutenção de alguns milhares de pessoas, no campo e na cidade. Acrescente-se a isto os benefícios indiretos, nos demais elos de sua cadeia produtiva agroindustrial.

A caprinocultura leiteira e, também, a caprinovinocultura de corte (que envolvem mais de 10 mil criadores de diferentes portes, em todos os 167 municípios do Estado), embora enfrentando várias limitações, se caracterizam como das mais promissoras atividades econômicas do agronegócio estadual. “Por tudo isto,



a caprinovinocultura está a exigir do poder público e da empresa privada uma ação permanente de modernização, que lhe assegure sustentabilidade econômica e crescente conotação social”. (LIMA et al., 2006). Como forma de assegurar a consolidação do agronegócio da caprinovinocultura, no Estado, ressalta-se a urgente necessidade das entidades públicas e privadas juntamente com criadores, no sentido de fazer análise aprofundada dos desafios, assim como, buscar soluções para tirarem proveito econômico e social das possibilidades e oportunidades dessa atividade rural.

Desta forma, as ações de incentivo à caprinovinocultura devem ter, com nota marcante, o respeito às peculiaridades ambientais e sócio – econômicas regionais. E mais, exigem adequados planejamento, execução e avaliação, que possibilitem minimizar os erros e maximizar os resultados, em favor do produtor rural e da população, como um todo. No que se refere, especificamente, aos aspectos dos mercados o presente estudo possibilitou fazer-se as seguintes observações e recomendações:

- É generalizada a ausência do leite caprino e seus derivados (oriundos do Estado), em todos os postos de venda pesquisados, na Grande Natal;

- Há uma grande demanda pelas carnes e vísceras de caprinos e ovinos. A maioria dos revendedores afirma que revenderia bem mais se houvesse maior volume e melhor qualidade dos produtos, associados à regularidade na oferta;
- Não deve ser descartada, no Estado, a possibilidade de fabricação de leite em pó, diversos queijos e outros derivados do leite caprino a preços competitivos com os de produtos importados;

- A origem, quase sempre, desconhecida das carnes e vísceras, certamente, é um fator limitante do crescimento permanente dos mercados. É necessário investir, a curto prazo, médio e longo prazos, em qualidade, conservação, certificação e apresentação dos produtos;

- É patente a necessidade da adoção das práticas de “cortes especiais” e “gestão de qualidade” desses produtos, no sentido de sua valorização e da segurança no atendimento a consumidores, cada vez mais exigentes;

- A inspeção sanitária precisa de fato ocorrer, notadamente nas feiras livres e açougues; onde é generalizada a falta de higiene no manejo dos produtos obtidos, em larga escala, de abatedouros clandestinos;

- Ênfase especial em ações de marketing, na busca da melhoria dos produtos; de sua mais ampla adoção e de avanços reais na comercialização.

Atividade Leiteira do Rio Grande do Norte

O Estado do Rio Grande do Norte conta com um rebanho efetivo em torno de 1.630 mil cabeças de animais distribuídos entre bovinos, caprinos e ovinos. Esses animais estão localizados em mais de 70.000 estabelecimentos rurais, onde predominam as pequenas propriedades. Mais de 60% desses animais possuem aptidão leiteira, ramo da pecuária que vem se constituindo em um dos subsetores da agropecuária que mais se desenvolve no Estado, sobretudo pela agricultura familiar. Este setor atualmente responde por mais de 50% da produção de leite do Rio Grande do Norte.

Até recentemente a atividade leiteira no Rio Grande do Norte vinha se mostrando como sendo a mais estável economicamente, com produção que chegou a atingir mais de 600 mil litros/dia, gerando a ocupação e rentabilidade para os pequenos agricultores e suas famílias. Calcula-se que atualmente a produção de leite gira em torno de 340 mil litros/dia.

A queda da produção de 43,30% se deu, sobretudo, devido ao abatimento dos rebanhos por causa das sucessivas secas. Desse total produzido, 60.000 l/dia de leite vão para o Programa do Leite do Governo Estadual, que faz sua aquisição junto aos produtores, que diretamente ou através de usinas de beneficiamento de leite e simultaneamente doa o produto adquirido às famílias carentes do Estado. O excedente da produção vai para as indústrias de queijos, manteiga, iogurtes e consumo in natura.

Não obstante sua expressiva importância, atualmente o setor vem apresentando um panorama preocupante no que diz respeito à sustentabilidade da atividade, sobretudo por causa das dificuldades no suprimento de rações para a alimentação animal, em face dos elevados custos das fontes proteicas utilizadas na formulação de rações concentradas, indispensáveis, como complemento no arraçamento de animais em lactação, especialmente no período de estiagem. Essa situação vem refletindo na redução da produção leiteira, determinando uma ociosidade momentânea na capacidade instalada do parque laticínio do Estado do Rio Grande do Norte. Os anos de 2010 e 2012 a 2014 foram fortemente atingidos pelas estiagens, que inviabilizou radicalmente a produção de alimentos volumosos (pastos, palmas e outras substâncias). A tendência é de agravamento mais ainda da situação, uma vez que os reflexos gerados pelas secas irão perdurar por longos anos. O Setor leiteiro potiguar continua passando por dificuldades para a manutenção da sua atividade.

O principal obstáculo enfrentado diz respeito com o alto custo das rações, sobretudo as balanceadas, que são imprescindíveis para o alcance de produção que permita rentabilidade ao produtor rural. São por demais conhecidas as dificuldades climáticas notadamente na região semiárida, que inviabiliza a sustentabilidade da produção agrícola, já que essa região é dependente de chuvas regulares, ocasionando redução da oferta de forragens de boa qualidade, conseqüentemente, ensejando a suplementação alimentar dos animais com a aquisição de elevadas quantidades de rações concentradas. Mesmo diante dessas constantes dificuldades, é sabido de todos, que as principais bacias leiteiras do Rio Grande do Norte, cuja produção, predominantemente oriunda de pequenas explorações com base familiar, se reveste de inquestionável relevância socioeconômica para a região.

Estima-se que mais de 90% do território do Estado do Rio Grande do Norte encontra-se em condições de clima semiárido, não dispondo de um regime de chuvas que possibilite a produção de alimentos em escala que possa viabilizar quantidades suficientes para o atendimento da demanda do consumo de sua população, como também, encontra dificuldades na oferta de rações para o arraçamento animal em muitos meses durante o ano. Essa situação tende a piorar nos anos em que as condições climáticas são adversas, quando são responsáveis por prolongadas estiagens, dificultando a obtenção dos alimentos (volumosos) para os animais.

As conjunturas climáticas que foram desfavoráveis nas últimas três safras consecutivas, causadas pelas ausências de chuvas, se inserem nesse contexto. A adversidade das condições climáticas torna a produção de ração animal incompatível com sua demanda de consumo, fazendo com que os produtores busquem em outros mercados insumos (milho, farelos de trigo e soja, caroço de algodão, torta de caroço de algodão e outros similares) para a formulação de ração concentrada como fontes de alimentos proteicos, a preços elevados reduzindo, substancialmente, a sua margem de lucro, já que os gastos com a suplementação alimentar tem participação significativa nos custos de produção do leite, influenciando diretamente na sustentabilidade da atividade leiteira.

